

Alcolumbre cede e marca sabatina de Mendonça para vaga no STF

Ex-ministro é o indicado do presidente Bolsonaro para o Supremo; presidente da CCJ resistiu quatro meses contra o nome do denominado “terrivelmente evangélico”

Renato Machado

Folhappress

Brasília - Após mais de quatro meses de resistência, o presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Se-

nado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), marcou a sabatina do ex-ministro André Mendonça, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para uma vaga no (STF) Supremo Tribunal Federal. A sabatina e votação

da indicação de Mendonça na CCJ vão acontecer na próxima semana, durante esforço concentrado no Senado para votar as indicações de autoridades.

O presidente da comissão informou que um calendário será elaborado até o início da próxima semana, para que todos os nomes pendentes de análise na CCJ sejam efetivamente sabatinados.

“Vou seguir integralmente a decisão do presidente [do Senado] Rodrigo Pacheco de, no esforço concentrado, com o quórum adequado, fazermos as sabatinas de todas as autoridades que estão indicadas na comissão”, afirmou o senador.

Alcolumbre também disse que recebeu sete pedidos de senadores para serem relator da indicação de André Mendonça. Acrescentou que vai realizar uma reunião com os interessados e membros da co-

missão nos próximos dias e que então tomará uma decisão.

O senador pelo Amapá se encontrou em uma posição difícil para continuar segurando a sabatina de André Mendonça, apesar do alívio proporcionado por uma decisão do STF, que garantiu a sua prerrogativa para agendar as análises dentro da comissão.

Por outro lado, cresceu a pressão sobre seu aliado, Rodrigo Pacheco, que então marcou um esforço concentrado e vinha falando que tinha “expectativa” de que Alcolumbre realizaria todas as sabatinas pendentes.

VOTOS CONTRÁRIOS

Ao mesmo tempo, o presidente da CCJ também vinha repetindo nos últimos meses a interlocutores que apenas pautaria a sabatina de Mendonça se tivesse votos sufici-

entes para derrubá-la. Ele tem dito que conta com 49 votos contra o indicado de Jair Bolsonaro - de um total de 81 senadores.

O senador pelo Amapá também afirmou que tinha preferência por realizar primeiramente as sabatinas para cargos com mandatos e não para vagas vitalícias, como as indicações para tribunais.

Alcolumbre também comentou a pressão que vinha recebendo, inclusive ataques de ódio em virtude da sua religião. Respondeu as críticas de que ele próprio poderia estar perseguindo um evangélico. ““Eu sou judeu. Como que eu estaria perseguindo um evangélico?” questionou.

Alguns senadores, como Simone Tebet (MDB-MS), pediram uma solução mais rápida sobre o calendário das sabatinas.

ALEXANDRE GARCIA

O moderador

Quem quer que leia a Constituição vai perceber que decisões da mais alta corte não estão batendo com o que está escrito na lei maior. Essas discrepâncias vinham sendo discretamente comentadas nesses últimos tempos como alerta de algo errado. Mas em Lisboa, num simpósio jurídico, o ex-presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, revelou, com todas as letras, o que vem acontecendo: O Supremo é o Poder Moderador da República - afirmou ele. Poder Moderador que tivemos foi na Constituição de 1824, em que o Imperador, estando acima dos poderes, podia intervir para manter a harmonia entre eles. Ele era o quarto poder. Se o Supremo, hoje, é o poder moderador, então ele abarca, ao mesmo tempo, dois poderes - mesmo sem ter, para isso, o voto que é a origem do poder.

O Imperador não fazia ativismo político, não alterava a Constituição, não inventava leis nem mandava prender, como tuitou o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança. Ademais, não há registro algum na Constituição a erigir um poder moderador - como protestou a presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Dep. Bia Kicis. O jurista Ives Gandra Martins, ao interpretar o art. 142 da Constituição, entende que esse poder é das Forças Armadas, como “garantia dos poderes constitucionais”.

Não foi um ato falho do ministro Toffoli; afinal, ele estava falando de Lisboa para o Brasil; mais parece uma proclamação de que o Poder Moderador é o Supremo - embora sem apoio na Constituição e muito menos no voto. Toffoli também afirmou que o

sistema de governo no Brasil é o semipresidencialismo. Isso é verdade. A constituinte que acompanhei escreveu uma base de sistema parlamentar com uma emenda presidencial. E criou o seguinte princípio: o presidente, que tem a responsabilidade pelo governo, não tem os poderes para governar; o Congresso, que não tem essa responsabilidade, é que tem esses poderes. O Presidente Sarney, no dia da promulgação, quando o entrevistei, disse: “Com esta Constituição, o Brasil fica ingovernável”. Ele foi o primeiro semipresidente. Nélson Jobim, que foi o relator executivo, me disse que os constituintes estavam sob a síndrome do autoritarismo, e diminuíram poderes do chefe do executivo.

Isso é uma usurpação à representatividade do povo, origem do poder, que o exerce diretamente ou por seus representantes eleitos, como está no primeiro artigo da Constituição. Ora, hoje, presidentes eleitos com mais da metade dos votos válidos nomeiam seus auxiliares e tomam decisões administrativas que têm sido vetadas pelo “poder moderador”. Não custa lembrar que no referendo pós-constituinte, o sistema presidencial teve 70% dos votos. O ex-presidente da Câmara Aldo Rebelo, ex-ministro do PT e ex-PCB, no seminário do Instituto Villas-Bôas, que conduzi na sexta-feira (26), pregou um governo com presidente forte, forte com autoridade, com democracia “pois o Brasil não aceita ditadura de ninguém, de patrões ou trabalhadores, de militares ou do judiciário. Só democracia”. E democracia não comporta imperadores mandando nos poderes avalizados pelo voto.

Alexandre Garcia é jornalista | geral@folhadelondrina.com.br | A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a da Folha de Londrina

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL.
PROTOCOLO Nº 18.282.187-0



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021 – (ID 909866) – (GMS 1716)

OBJETO: Aquisição de 155 equipamentos de freezers horizontal, adesivados, para atender necessidades dos Núcleos Regionais e do Departamento DESAN/PLC, e a demanda do Programa Leite das Crianças da SEAB, conforme quantidades e especificações descritas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/12/2021, às 09h00.

DATA E HORA DA DISPUTA: 08/12/2021, às 09h30.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R\$ 522.375,00.

AUTORIZAÇÃO: Secretário da Agricultura: 24/11/2021.

INFORMAÇÕES: Rua dos Funcionários nº 1559, Bairro Cabral, CEP 80.035-050-Curitiba-PR., telefones (41) 3313-4112 e fax (41) 3313-4076, Email: licitacao@seab.pr.gov.br

OBSERVAÇÃO: O Edital do Pregão Eletrônico estará disponível no PORTAL ELETRÔNICO do Banco do Brasil: www.licitacoes-e.com.br

Curitiba, 24 de novembro de 2021

ELISETE JURASZEK SOURIENT - Pregoeiro(a)/SEAB.



A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR torna público que requereu ao Instituto Água e Terra – IAT a renovação da Licença Ambiental Simplificada – LAS nº 3931 do seguinte empreendimento: ETE Patrimônio. Endereço: Prolongamento da Rua Sete de Setembro S/N. Município: Manoel Ribas/PR. Validade: 16/05/2022.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



PUBLICAÇÃO DE EDITAL

Os interessados poderão acessar os editais nos sites: www.licitacoes-e.com.br e <http://www.administracao.pr.gov.br/Compras> e os autos do processo.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO Fone 3260-6749

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1705/2021 – SESA – Aquisição de MEDICAMENTOS, conforme Anexo I do edital. ABERTURA: 08/12/2021 às 14:00 horas – VALOR MÁXIMO: R\$ 5.492.890,25 Protocolo:18.279.776-6, Autorização do Secretário de Estado da Saúde em 11/11/2021. Identificador no www.licitacoes-e.com.br nº 909689; identificador no <http://www.administracao.pr.gov.br/Compras> (GMS) nº 1705/2021.

Curitiba, 25 de novembro de 2021.

Coordenadoria de Licitações

Caetano da Rocha



Universidade
Estadual de
Ponta Grossa



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 108/2021 – Processo n.º 029304 - Objeto: Aquisição de material médico hospitalar para atender a demanda do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais. Valor Máximo de R\$ 891.911,61. Recursos Financeiros do Tesouro. Recebimento das propostas: até 09h00min de 08/12/2021. Início da Sessão Pública: às 10h00 de 08/12/2021 (n.º da Licitação: 910002). O edital e seus anexos com as especificações detalhadas dos produtos, bem como os resultados de todas as fases desta licitação poderão ser consultados no site www.licitacoes-e.com.br. Ponta Grossa, 24 de novembro de 2021. **Faylon Luiz Camargo** – Pregoeiro



Universidade
Estadual de
Ponta Grossa



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 134/2021 – Processo n.º 029514 - Objeto: Aquisição de material médico hospitalar para atender a demanda do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais. Valor Máximo de R\$ 372.928,20 Recursos Financeiros do Tesouro. Recebimento das propostas: até 09h00min de 08/12/2021. Início da Sessão Pública: às 10h00 de 08/12/2021 (n.º da Licitação: 909983). O edital e seus anexos com as especificações detalhadas dos produtos, bem como os resultados de todas as fases desta licitação poderão ser consultados no site www.licitacoes-e.com.br. Ponta Grossa, 24 de novembro de 2021. **Patrícia Machado dos Santos** – Pregoeira.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ



EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2021 – HUOP/UNIOESTE. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos médicos para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. Valor máximo total estimado: R\$ 640.151,83. **Recebimento das propostas:** Das 09:00h do dia 25/11/2021 até às 09:00h do dia 07/12/2021. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 07/12/2021, 09:00h. O edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados junto à Com. de Licitação do HUOP, ou Fone: (45) 3321-5397, ou ainda nas home-pages www.unioeste.br/huop, www.comprasparana.pr.gov.br ou www.comprasnet.gov.br em conformidade com o Dec. Est. n.º 2452, de 07/01/04. Cascavel, 24/11/2021.